

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 143, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa do Município para 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,

Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 4º, da Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa do Município para 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
I – da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias,

nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 30% (trinta por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão (re-estimativa).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 17 de outubro de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 143, de 17 de outubro de 2014, que ***“Altera a Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa do Município para 2014”***.

O presente projeto de Lei visa alterar o art. 4º da Lei Municipal nº 4.008, de 27 de novembro, alterando o índice de suplementação de 25% para 30%. A referida alteração se faz necessária devido ao índice de suplementação estar próximo do limite máximo permitido para suplementação via decreto municipal.

As dificuldades financeiras e orçamentárias dos Municípios, inclusive a de Eldorado do Sul, vem provocando inúmeras movimentações orçamentárias para adequar as despesas ao fluxo financeiro dos recursos.

Assim, considerando que ainda restam dois meses e meio para o término do Exercício, sendo que somente para a folha de pagamento será necessário suplementar no Orçamento cerca de dois milhões reais; para coleta de lixo doméstico um milhão de reais; e para as demais despesas correntes do Município cerca de um milhão e meio de reais, será necessária alteração específica para este Exercício, para que o Executivo Municipal proceda os ajustes do Orçamento, bem como os pagamentos aos servidores públicos e fornecedores.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal